



Ata da Primeira Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Pauta: A primeira audiência pública de Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina foi convocada pela Prefeitura Municipal de Angelina, por meio do Edital de Convocação nº 001/2022, previamente publicado no Diário Oficial, extrato do ato nº 4219520/Edição nº 3991, e por meio do Decreto nº 198/2022 de Regimento da Audiência. A audiência ocorreu no dia 15 de outubro de 2022 de modo presencial, no Salão Carlos Gomes, na Escola de Educação Básica Nossa Senhora, situado à Rua São Francisco de Assis, nº 1315, no bairro Centro. O objetivo da audiência foi apresentar a equipe técnica da UFSC; a metodologia de participação de Revisão do Plano Diretor; e o cronograma de trabalhos.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

<https://youtu.be/GXvp1qTf-Xs>

Redação da Ata: Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos e convocação da mesa

A Audiência teve início às 14h25min com a Sra. Renata, Procuradora Municipal, fazendo as apresentações para a primeira audiência de lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina/SC. Salienta que a revisão estava programada para 2018, mas que acontece agora. Fala sobre a equipe técnica da UFSC, que apresentará as etapas e a metodologia da revisão posteriormente.

A Sra. Renata fala que apesar do atraso em relação ao ano de 2018 para 2022 o momento deve ser tratado como uma oportunidade para gerar interesse coletivo de todos para manifestar as vontades e necessidades de cada localidade.

A Sra. Renata fala sobre como há no executivo, no cartório, no Ministério Público e na população a ansiedade para elaboração da revisão do Plano Diretor (PD). Descreve o orgulho do município para promover esse processo. Ressalta o apoio do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA), e lamenta que no evento não haja muitos participantes, provavelmente por conta do tempo chuvoso, mas que espera que nas próximas etapas haja mais participação. Ressalta a importância da participação da população em todos os eventos como audiências e oficinas. Fala sobre o processo de modificar o olhar da cidade para resolver



problemas de desenvolvimento urbano. Acredita que nesses 9 meses de realização das atividades, todos terão diversas conquistas, e salienta a necessidade de a população se envolver no processo e convidar a comunidade. A comunhão entre o que a comunidade anseia e a equipe técnica pode oferecer. Fala do importante papel do CDTA no processo e pede que o conselho sempre esteja presente nas diferentes etapas e encontros.

A Sra. Renata convida Sr. Michel Soares para compor a mesa, como representante do executivo municipal. O Sr. Michel fala sobre a dificuldade para a população se fazer presente no sábado à tarde, mas reconhece a importância do plano diretor hoje para o município, não apenas para administração, mas para população e para o conselho de desenvolvimento. Confessa que quando se verificou a necessidade da revisão do plano diretor ficou pessimista em relação a efetividade do processo por conta do orçamento e da baixa possibilidade do empenho, mas que em conversa com profissionais da administração pública de outros municípios encontrou alternativas para realização em um processo de convênio com a UFSC. Ele tem certeza da responsabilidade dos envolvidos e cita os agentes representantes da administração e da câmara de vereadores para acompanhamento do processo. Agradece ao professor Samuel Steiner pela colaboração e fala sobre a expectativa de desburocratizar os processos urbanos e do potencial de um Plano Diretor para facilitar situações dentro dos padrões da lei para organizar a cidade. Afirma que gostaria que a lei apresentasse, no fim do processo, uma fácil leitura e fosse acessível para toda população. Essa é a proposta da equipe administrativa e da equipe da UFSC. Ele fala sobre a vontade de olhar daqui um ano o processo e agradecer por esse dia.

A Sra. Renata convida também o presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial, Sr. Dauri, para compor a mesa. O Sr. Dauri fala da importância de unir as pessoas que pensam diferente, para que se construa o consenso sobre a evolução da sociedade tendo como pauta agora o Plano Diretor Participativo. Fala sobre o tempo de trabalho do CDTA a respeito da legislação e sobre a cobrança do conselho para que se tivesse uma equipe técnica para revisão do PD, e que agora isso é uma realidade. Cita a participação ativa dos integrantes do CDTA e da disponibilidade de todos para avanço do processo.

A Sra. Renata fala sobre o esforço de todos os servidores, da saúde, da educação, da assistência social e dos tributos, para subsidiar informações técnicas para o Plano Diretor e reconhece o quanto isso é custoso para todos, após, a procuradora passa a palavra para o Prof. Samuel Steiner para iniciar a apresentação.

O Prof. Samuel cumprimenta a todos e fala que a expectativa é sempre de casa cheia, mas que é um processo de consciência sobre a participação e entende



que talvez o primeiro evento seja fundamental para que todos ressaltem a importância da participação em seus contatos próximos.

O Prof. Samuel explica o que é a lei do Plano Diretor, e de como as decisões da legislação são importantes para definir a construção e desenvolvimento da cidade, que cada ação importa para todos. O Prof. Samuel fala sobre a expectativa que cada um tem para construção de cada terreno que possui e que o plano diretor não existe para burocratizar, mas para equacionar os interesses. Explica sobre a diferença de 10 anos atrás do município e que o plano elaborado hoje definirá o crescimento para os próximos 10 anos. Fala que o município tem diversos elementos que condicionam o crescimento urbanos, como os rios e os morros, mas que quem decidirá os elementos e aspectos do plano é a população participante nas oficinas e audiências públicas, o conselho de desenvolvimento e que a equipe técnica da UFSC dará o suporte técnico. Samuel agradece a equipe técnica da administração pública de Angelina/SC que subsidiou as informações necessárias até o momento. Prof. Samuel fala da importância de se entender o PD para que a população se veja refletida nas decisões que serão tomadas.

Segunda Parte - Apresentação

O Prof. Samuel inicia a apresentação do material, fala da expectativa de realização de 3 audiências públicas. Sobre a possibilidade de sempre aplicarmos a participação da população presente nos eventos. Fala sobre o conteúdo que será apresentado nesta audiência em que se definirá as “regras do jogo”, ou seja, a metodologia a ser implementada. Que essas regras são importantes para definir as cobranças e os prazos a serem seguidos, que quando se altera essas regras ao longo do processo, muitos PDs levam mais tempo do que o necessário para o processo, alterando o cronograma, e podem até ser judicializados pela sua morosidade. Prof. Samuel fala sobre cada etapa do processo de revisão ser disponibilizada em áudio, vídeo, descrita em ata, para que além da participação haja a legitimação do processo participativo e seja feita a devida publicidade do processo.

O Prof. Samuel fala sobre o fato de que tudo terá a participação ampliada e de que os processos decisórios serão feitos com o CDTA. Anuncia todas as redes sociais existentes do projeto, chamado “participa angelina”. Samuel apresenta o conteúdo da audiência pública, inicia explicando a relação tripartite do convênio entre a prefeitura de Angelina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). O professor fala sobre a importância de colocar os conhecimentos educacionais técnicos nas ações de trabalho, como essa experiência, e explica que a questão da gestão administrativa é de responsabilidade da FAPEU. Samuel apresenta a equipe técnica



da UFSC, formada por 11 profissionais de diferentes áreas e graduandos de arquitetura e urbanismo, e aponta que deste, nove estão presentes na audiência. O Prof. Samuel afirma ter confiança na equipe técnica da UFSC.

O Prof. Samuel explica a metodologia e regras do jogo (que podem ser verificadas na apresentação), aponta a importância da participação social estar na base do processo, pois é importante olhar para Angelina como Angelina é, pela visão de quem vive na cidade, e não tendo em vista algum outro município, porque cada município tem sua singularidade e suas características específicas. O Professor explica sobre as iniciativas e discussões que podem surgir da própria população para compor o processo participativo, além daquelas já inseridas e que serão organizadas para a participação social. Explica que na última etapa de aprovação do Plano Diretor, compilada em um projeto de lei, será realizada a consulta pública e a aprovação final pelo CDTA, após será enviado para a Câmara de Vereadores, e que nesta etapa, dentro da câmara, a equipe não tem ingerência sobre as decisões, mas que é importante que a câmara de vereadores acompanhe todo o processo para que verifique a legitimidade do mesmo. Neste momento, o Sr. Michel intervém para também ressaltar a importância de que os vereadores participem dos trabalhos, assim poderão entender e legitimar o PD.

O Prof. Samuel explica as 5 etapas estruturantes do processo, em que a primeira etapa finaliza com essa Audiência Pública, evento descrito nesta ata. Explica que os trabalhos tiveram início com a estruturação das equipes, tanto da equipe da UFSC quanto da equipe técnica da Prefeitura de Angelina/SC, e foi a etapa que contou com o levantamento e início da análise dos dados encaminhados pela equipe da prefeitura e que agora finaliza com a realização da Audiência.

A segunda etapa inclui a Leitura da Cidade e a necessidade de análise de Angelina em todos os seus aspectos. Explica que serão levantados os principais problemas e potencialidades da cidade, isso do ponto de vista técnico e também a partir da leitura da comunidade. Cita o exemplo das questões de ocupação área de APP em áreas consolidadas como um assunto que tem se evidenciado ao longo do levantamentos já realizados e das manifestações da população e da equipe técnica do município. Explica que na terceira etapa são elaboradas as diretrizes e os eixos estratégicos para onde o plano vai apontar. Ou seja, as questões mais amplas que guiarão do PD e não nas minúcias de cada terreno, explicando que o PD não pode ser um amontoado de interesses individuais para que não seja uma colcha de retalhos.

Descreve a etapa 4 de elaboração preliminar do PD, e que a equipe técnica irá expor o desenho da lei para a população e para o CDTA para receber as críticas e sugestões. A etapa 5 será a elaboração da versão final do PDP. O Prof. Samuel fala



que cada etapa será feita com discussão constante com o CDTA, com audiência pública e ciclo de rodadas de oficina territorial.

Após apresentar as 5 etapas, explica sobre como será feita a leitura comunitária, que é importante para que todos reconheçam o território e que a partir desta leitura será entendida a visão dos moradores de Angelina a respeito da cidade. Esse reconhecimento será somado à leitura técnica, que será elaborada pela equipe técnica da UFSC. A soma dessas leituras é o que gera a Leitura da Cidade completa e coesa. O Prof. Samuel aponta que geralmente há uma convergência dessas leituras a respeito dos problemas específicos de cada região da cidade e da cidade como um todo.

Samuel explica que as oficinas territoriais, que acontecerão em cada uma das áreas territoriais do município, são onde cada comunidade poderá apresentar suas demandas que depois gerarão diretrizes específicas. Samuel fala que a leitura toda será apresentada para o CDTA e que eles farão a aprovação, podendo propor alterações. Samuel cita a importância de que as audiências públicas gerem contribuições da população, para que estas façam parte das demandas. Cita também a representatividade do CDTA e como ele é um importante agente nesse processo, demandado inclusive pelas recomendações federais a respeito do seu papel. Samuel segue explicando cada uma das etapas e aborda a importância da redação da lei e de como a diferença de pequenas palavras como “pode” e “deve” fazem toda diferença para o Plano Diretor.

O Prof. Samuel explica que após redigido o projeto de lei o texto ficará no ar para consulta pública, momento em que poderão ser feitas todas as sugestões e que depois irão para a conferência da cidade em que serão explicadas todas as contribuições ponto por ponto e suas aprovações ou declinações por parte do CDTA que será a instância decisória de todas as etapas. Ressalta mais uma vez a importância da população nas suas participações. O professor apresenta o cronograma. Fala que estamos dentro do prazo do convênio estabelecido. O Prof. Samuel fala sobre a previsão de uma segunda audiência pública no fim de janeiro ou início de fevereiro e a necessidade de mobilização para participação. Fala que se tudo der certo o prazo de trabalho atenderá os 10 meses, em condições ideais de trabalho. O professor pergunta se há alguma dúvida ou crítica sobre a apresentação até a parte apresentada. O professor pergunta se há concordância em relação ao que foi apresentado. Um participante aponta que janeiro é um mal momento para mobilização e realização da segunda audiência. O Prof. Samuel fala que realmente se tem essa noção por parte das equipes técnicas, e que as datas serão acordadas com o CDTA para melhor análise das datas para efetivação.

O Prof. Samuel cita as questões legislativas relativas à participação social e



ressalta que além da demanda legal, a participação é essencial para a legitimidade do processo, para que não aconteçam casos como o de Florianópolis, que se arrasta há muitos anos no processo de revisão. O Prof. Samuel cita as 3 principais etapas, a primeira que está sendo elaborada, o envio para a câmara de vereadores e a efetiva implementação do plano. Explica que a participação é um exercício de cidadania e de que em cidades pequenas há um potencial de que todos participem mais expressivamente já que há maior conhecimento entre a população, entre os próprios cidadãos e a realização dos eventos. Cita que o CDTA atende ao que demandam as resoluções do conselho das cidades em termos de porcentagem apontadas pelas resoluções do Ministério das Cidades. O Prof. Samuel apresenta os representantes que compõem o CDTA.

Prof. Samuel apresenta o mapa com as divisões das cinco Áreas Territoriais que foram definidas com base nas macrozonas para que haja as Oficinas Territoriais. São elas, a AT Garcia; AT Rio Novo; AT Alto Garcia; AT Barra Clara; e AT Centro. Junto aos mapas são apresentados os bairros que compõem cada uma das ATs, e também as datas previstas para realização das oficinas territoriais. O Sr. Adinei, integrante da equipe técnica da prefeitura, aponta correções na apresentação, descrevendo que o bairro de Palhocinha não faz parte da AT Garcia, e sim da AT Centro. Aponta que está faltando a indicação do bairro/localidade de Rio Pequeno e Rio Fortuna na AT Garcia. E que a indicação do bairro/localidade de Rio Fortuna consta errada na AT de Barra Clara. Acrescenta a correção da nomenclatura do bairro/localidade de Antinha, erroneamente digitado como Antilha. O Prof. Samuel explica que a equipe técnica da UFSC ainda não fez reconhecimento de campo e que, de qualquer forma, os materiais estão abertos a críticas e sugestões.

Prof. Samuel explica o significado da identidade visual e o nome dado ao processo. Explica que o nome é um chamado à população, bem como, salienta o aspecto pedagógico da escolha do perímetro municipal para representar os trabalhos do processo, já que o PD precisa contemplar todo território. Exemplifica por meio de comparação a extensão territorial de Angelina e de Florianópolis. Explica que as cores remete a bandeira de Angelina, sendo o laranja e o azul.

O Prof. Samuel explica que para os próximos passos do processo, incluindo a relação das datas, horários e endereços para cada oficina, serão disponibilizadas as informações no site e também será feita a devida publicidade do processo por outros meios.

O professor apresenta que haverá, no dia 18 de outubro, a publicação de um Questionário que fará parte da leitura da cidade, e salienta a importância de que todos os participantes respondam, apontando que a pesquisa compromete apenas 10 minutos do dia, ressalta também a importância de que os participantes ajudem



na publicidade. O Prof. Samuel fala sobre a disponibilidade de mapas que serão produzidos e que serão todos colocados no site para que possam ser acessados pela população.

O Prof. Samuel fala sobre a possibilidade de se criar um grupo de contatos no whatsapp para informar a população sobre os processos e etapas.

Terceira parte Contribuições da Consulta Pública

Nesse momento se finaliza a apresentação e há abertura para considerações e dúvidas da população. Após um momento de silêncio, o Sr. Michel fala que provavelmente todos tenham dúvidas, e pergunta se há temas que já apareceram nas leituras técnicas e qual seria o primeiro aspecto a ser abordado no Plano. O Prof. Samuel comenta que alguns temas já estão no horizonte de pesquisa inicial do grupo, dentre eles: a ocupação de APPs localizadas em áreas urbanas consolidadas, uma vez que o município é permeado por cursos d'água. Em complemento, cita a nova legislação federal, que possibilita ao município flexibilizar, mediante estudos técnicos, a regularização em áreas de APP urbanas consolidadas, sendo estas estabelecidas segundo estudos técnicos, de forma a ampliar ou diminuir a possibilidade de ocupação, entendendo que cada curso d'água tem uma dinâmica própria. O segundo tema que o professor cita é a regularização fundiária de modo amplo; comenta que há ocupações fora do perímetro urbano, cita as legislações (a lei 13.465/2017, por exemplo) que estabelecem critérios para verificação de quais áreas são passíveis de regularização, e qual é o papel da Prefeitura Municipal e do Plano Diretor nesse tipo de situação; além disso, fala sobre a necessidade de olhar criteriosamente para o território por meio de estudos técnicos, a fim de investigar em quais áreas faz sentido haver regularização fundiária. O Sr. Michel comenta sobre a necessidade de sensibilização da população para entender que a regularização é uma via de mão dupla, e que a população precisa entender quais são os critérios necessários à regularização, para além da titulação há a necessidade de instalação de infraestrutura de saneamento básico, equipamentos públicos e que no processo de regularização há a necessidade de doação de áreas por parte da população para que se viabilize a melhor qualidade urbanística. Em complemento à fala do Sr. Michel, um dos participantes da audiência cita sobre haver 3 tipos de processo de regularização. O Prof. Samuel fala que cada caso é um caso e que para falar especificamente sobre o tema ou sobre cada caso é necessário realizar leitura da cidade, já que há muitas dimensões da irregularidade e para que a regularização não se torne um instrumento que se sobreponha ao planejamento urbano, gerando uma série de problemáticas referentes aos limites no perímetro urbano e da destinação de investimentos públicos. O Prof. Samuel fala que haverá levantamento de campo para verificar irregularidades, a infraestrutura existente, os perímetros na área total, uma vez que foi repassado pela Prefeitura um documento no qual



constam 97 processos de regularização em aberto.

O terceiro tema citado pelo Prof. Samuel é o das macrozonas rurais. Descreve que a equipe reconhece que o potencial rural é uma especificidade de Angelina e que, apesar de grande parte dos instrumentos do Plano Diretor se voltarem à área urbana, a equipe está buscando bons exemplos de outros municípios com características rurais, a fim de incentivar a dinamização do campo e a permanência da população na área rural. A Sra. Renata lembra da pavimentação de ruas de acesso à cidade, questão que será central na discussão do Plano Diretor. O Prof. Samuel comenta que a definição da estratégia de ocupação desses novos acessos é um dos temas que será discutido e estudado pela equipe no Plano, a fim de que a pavimentação dessas vias não resulte em espaços de ocupação irregular de beira de estrada.

O Prof. Samuel lê a contribuição da Cíntia feita por meio escrito. Segue a manifestação:

“O novo Plano Diretor é um documento único ou será um acréscimo ao antigo P.D.?”

O Prof. Samuel explica que quando já existe um plano diretor para o município, o novo processo sempre configura uma revisão do plano diretor antigo. Esse projeto de lei, por sua vez, pode incorporar ou não elementos do plano diretor existente, de acordo com a pertinência dos aspectos colocados na antiga lei complementar. A Sra. Renata fala que o PD existente já não se adapta à realidade municipal e reforça a importância da revisão. O Prof. Samuel fala que apesar de ser uma revisão é como se fosse um plano novo, pois a lógica de estruturação dele poderá ser diferente da do plano antigo. O Sr. Adinei pergunta se haverá a revogação do Plano existente para aprovação de um novo. O prof. Samuel fala que a sugestão é essa. O Sr. Adinei sugere que o CDTA possa parar de estudar a antiga lei, a Sra. Renata fala sobre a necessidade de se continuar estudando a lei existente; comenta que o Conselho delibera sobre questões importantes acerca da realidade municipal e, por isso, o trabalho feito neste momento deve ser continuado. A Sra. Renata cita o caso da localidade de realização da Audiência, a Escola Nossa Senhora, que pertence à Congregação, e de que é necessário que essa edificação seja viabilizada para venda ao Estado, para que a escola possa continuar existindo e funcionando. A procuradora adiciona que o PD é feito em Lei Complementar, e explica que ela nunca irá desaparecer, mas aparecerá riscada, eventualmente, quando o novo PD aparecer revisado.

O Prof. Samuel lê a contribuição do Sr. Felício:





“Que se ampliar o perímetro urbano quem for agricultor nesta área que seja isento de IPTU desde que ele prove que vive exclusivamente da agricultura.”

O Prof. Samuel responde que é um tema importante e que será tratado no PD, já que a agricultura é uma das bases econômicas do município e que provavelmente serão estabelecidos instrumentos específicos para as áreas que tem produção agrícola representativa. O Prof. Samuel fala sobre a necessidade de proteger áreas em que a atividade rural é expressiva e acrescenta que não é papel do Plano Diretor avançar sobre essas áreas, mas sim compatibilizar a expansão urbana com o uso rural atual, desde que seja verificado nos estudos técnicos que a atividade agrícola realizada em determinada área é representativa ao município. Uma das participantes comenta que as áreas rurais que eventualmente forem incorporadas ao perímetro urbano receberão os benefícios da urbanização, por isso defende que o agricultor residente não seja isento do pagamento do IPTU, e sim que seja criada uma tabela diferencial para contribuição com os benefícios que chegarão. O Sr. Michel fala sobre as diferenças entre área urbana e rural, incluindo as cobranças de IPTU e ITR.

O Sr. Cláudio fala sobre a Lei 580 de Angelina, que prevê a isenção de IPTU na área de produção rural, desde que comprovada a produção agrícola. Comenta também sobre a Resolução 82 do INCRA. Fala que as porções de área que forem urbanizadas deverão pagar IPTU e as porções que permanecerem rurais deverão contribuir com o ITR.

O Sr. Felício cita que é agricultor e fala sobre o caso específico dele sobre pagamento de IPTU sendo que ele tem estábulo na área dele, ele disse que tem outra área que é excelente para loteamento e que lá sim é importante que haja expansão.

O Sr. Cláudio fala sobre a questão das matrículas no município que estão com o cadastro desatualizado.

O Prof. Samuel lê a contribuição do Sr. Luís:

“O Plano Diretor pode ajudar ao proprietário rural a fazer reservas ambientais particulares?”

O Prof. Samuel pede que o Sr. Luís explique um pouco melhor sua dúvida. O Sr. Luís fala sobre a falta de informação sobre as áreas de APP (refere-se a questão do carbono 0 para conseguir financiamentos) em áreas rurais, e questiona se essas informações são disponibilizadas pela prefeitura ou pelo IMA. O Prof. Samuel diz que não tem resposta para a questão e que procurará mais sobre o assunto, mas que a possibilidade de incluir questões ambientais da área rural provavelmente



serão tratadas nas diretrizes da política ambiental dentro do plano. O Sr. Cláudio ressalta a importância do que o Sr. Luís diz, e que é importante que se fale sobre isso no PD. O Prof. Samuel fala que os estudos serão importantes nesse sentido.

Em formato de questionamento e apontamento, o Sr. Roquilaine fala sobre a dificuldade de solicitação de ligação de energia elétrica/luz nas áreas rurais. Que no interesse de construção de duas casas na mesma área rural é necessário desmembramento para solicitação para CELESC. A Sra. Cristina, participante, fala sobre as documentações que a CELESC solicita.

O Sr. Felício fala sobre a importância de que se trate sobre essas questões para que as pessoas permaneçam no campo. Fala sobre a lei ambiental, que na declaração do ITR há questões dúbias em relação aos incentivos de proteção, tributando mais para quem tem interesse de proteção, do que ao contrário.

O Sr. Cláudio fala sobre a implantação do sistema de Saneamento Básico - que é uma concessionária que fornece o trabalho, e apresenta dúvidas em relação ao funcionamento do processo e pagamento da implantação.

Encerramento

Fechadas as manifestações às 16h20. O Prof. Samuel cita os canais de comunicação para que a população se informe e acompanhe o processo.

A Sra. Renata agradece a participação e contribuição de todos. Fala sobre a vontade de que haja mais participação nos próximos eventos, e que só haverá eficiência no PD se ele retratar e traduzir os anseios da população. Acrescenta que identificou as ansiedades da população nessa primeira audiência, e que ainda que haja obstáculos nas legislações a revisão do plano diretor poderá permitir que os espaços de participação social sejam importantes no diálogo e expressividade das comunidades. A Sra. Renata reitera o agradecimento, convida a todos para o café e faz o fechamento da audiência às 16h24.



Lista de Presença

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Maria Aparecida Zimmermann	Centro	Câmara Conselheira
2	Nilson Bruch	Palhocinha	Trabalhadores
3	Edna M. Mendes	Palhocinha	CRAS
4	Danilo L. Junckes	Centro	-
5	Felício Junckers	Linha do Chaves	STRAAF Angelina
6	Roquilaine Fuck Souza	Garcia	CDTA
7	Marcelo Trierweiler	Garcia	Vereador
8	Cristiane Ortiz Chaves	Garcia	CDTA
9	Luiz Artur dos S.	Praça	Morador
10	Márcio de França Santos	UFSC	Laburb
11	Walter Souza R. J.	Centro	Prefeitura
12	Maitê D. Melo	Centro	Vo Amadio
13	Renata M. B. N. Carvalho	Centro	Prefeitura
14	Maria Carolina F. Romi	Florianópolis	UFSC
15	Cinthia Furbringer	Barra Clara	Moradora
16	André Raimunde	Alto Garcia	Morador
17	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
18	Maristela S. Exterkoetter	Centro	Prefeitura
19	Michel Soares	Centro	Prefeitura
20	Claudio Inacio Schuck	Linha do Chaves	-
21	John Lenon Batista Eli	Centro	Morador
22	Carmen Hames Eli	Linha do Chaves	Morador
23	Cristina Moenser Eli	Linha do Chaves	Moradora



Equipe Técnica da UFSC presente na Audiência

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Audiência
2	Márcio de França Santos	Apoio
3	Luiz Antônio Medeiros da Silva	Apoio
4	Mariana Panzera	Elaboração da ata
5	Nathália Sander	Apoio
6	Isamara de Souza	Apoio
7	Nadine Saleh	Apoio
8	Maria Carolina Romi	Apoio
9	Julia Anacleto Silva	Apoio